

LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA
(Organizador)

Educação: dilemas contemporâneos



Pantanal Editora

2020

LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA
(Organizador)

**Educação:
dilemas contemporâneos**



Pantanal Editora

2020

Copyright[©] Pantanal Editora
Copyright do Texto[©] 2020 Os Autores
Copyright da Edição[©] 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – (URCA)
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argentele-Martínez – ITSON (México)
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Ma. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Bel. Ana Carolina de Deus

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [recurso eletrônico] : dilemas contemporâneos / Organizador Lucas Rodrigues Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 183 p. : il. ; 14 x 21 cm Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-65-990641-8-0 DOI https://doi.org/10.46420/9786599064180 1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Oliveira, Lucas Rodrigues. II. Título. CDD 370
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>.
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

A educação é muito complexa para, em qualquer momento da história, existir sem dilemas. Por isso mesmo é que o debate e as reflexões sobre o tema são sempre presentes no meio acadêmico. Nesse contexto, a obra “Educação: dilemas contemporâneos” constitui-se de quinze capítulos, organizados com o propósito de contribuir com as discussões acerca das questões mais relevantes à educação nacional.

A escola, principal instituição da educação formal, é construída de forma histórica. Depois de existir por muito tempo apenas em função da elite brasileira, a escola passou a ser um bem garantido a todos os indivíduos – não sem muita luta. Antes disso, a classe mais pobre da sociedade não tinha espaço na educação formal. A escola pública e obrigatória para todas as pessoas só começou nos séculos XVIII e XIX.

Nesse contexto histórico que envolve a educação brasileira, a Constituição de 1988 contribuiu, significativamente, com a democratização do ensino. Contemporaneamente, por mais que avanços sejam nítidos, há muito ainda a ser organizado e democratizado na educação brasileira, em suas várias modalidades e níveis. A presente obra almeja contribuir com as discussões sobre a educação.

Esse livro contempla assuntos cruciais para a educação contemporânea brasileira; reflete-se sobre a educação inclusiva e o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, como surdez e cegueira; além disso, levanta-se uma discussão sobre a inclusão de alunos com altas habilidades e superdotação – tema muito pouco difundido no meio acadêmico.

As tecnologias influenciam o mundo de uma forma assaz severa. Nesse livro, trata-se do acesso à internet, uma das principais tecnologias novas, e também do acesso (ou impossibilidade de acesso) a outras tecnologias pelos professores. Nesse campo das novas tecnologias, insere-se a escola pública de tempo integral: modelo de educação no qual, para que haja aceitabilidade e eficácia no processo de ensino e aprendizagem, é inevitável o investimento expressivo em tecnologias e formação de professores. A educação em tempo integral é tema presente nessa obra, que também reflete sobre os estudos de gênero e a educação do campo no Brasil.

Lucas Rodrigues Oliveira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
CAPÍTULO I DESENVOLVENDO A AUTONOMIA DO APRENDIZ DE INGLÊS COM METODOLOGIAS ATIVAS	7
CAPÍTULO II NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO DOM BOSCO: PERCURSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM RIO BRANCO/ACRE.....	17
CAPÍTULO III APRENDER, RESPONSABILIZAR E APLICAR: OS DESAFIOS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA FRENTE AOS ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES SUPERDOTAÇÃO	26
CAPÍTULO IV DISCIPLINA E SEU ANTÔNIMO NA ESCOLA: UM DILEMA COTIDIANO	37
CAPÍTULO V ESTRATÉGIAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO SURDO: O CASO DO IFRR / CAMPUS BOA VISTA ZONA OESTE	49
CAPÍTULO VI PICHON RIVIÈRE E BRUNER: APRENDIZAGEM, ENLACE, DILEMA E PROBLEMA EM TORNO DAS FORMAS SIMBÓLICAS NA CONTEMPORANEIDADE	56
CAPÍTULO VII A INTERNET: ENTRE A UTOPIA E A DISTOPIA	67
CAPÍTULO VIII FERRAMENTAS DIGITAIS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE.....	83
CAPÍTULO IX APLICAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA COMPREENSÃO DE TEXTOS MULTIMODAIS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA.....	88
CAPÍTULO X OS ESTUDOS DE GÊNERO NO INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS PEDREIRAS A PARTIR DA CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO IFMA PEDREIRAS - LEGIP	96
CAPÍTULO XI REFLETINDO CONCEITOS, ATITUDES E PROCEDIMENTOS CONTRA A POLUIÇÃO SONORA: UMA ATITUDE SONORA SAUDÁVEL OU 'LIBERDADE' NA ESCOLA?	110
CAPÍTULO XII AGROECOLOGIA COMO CAMINHO PARA UMA NOVA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	124
CAPÍTULO XIII AVANÇOS E DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL.....	135
CAPÍTULO XIV EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE O SISTEMA EDUCATIVO MOÇAMBICANO	158

CAPÍTULO XV


**ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE: A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO VISANDO A AUTONOMIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL..... 173**

ÍNDICE REMISSIVO..... 182

A Internet: entre a utopia e a distopia

Recebido em: 15/04/2020

Aceito em: 30/04/2020

 10.46420/9786599064180cap7

Mauricio dos Reis Brasão^{1*}

Gustavo Araújo Batista²

INTRODUÇÃO

A Internet, denominada também como World Wide Web (ou basicamente Web), constitui um dos meios mais sofisticados de tecnologia na educação. Assim, o presente artigo integra o quadro teórico realizado para uma pesquisa em desenvolvimento, cuja temática é “Educação e Tecnologia”. Busca-se evidenciar o papel preponderante da Internet e suas vastas implicações para a vida moderna, em se tratando da utopia ou distopia, embora alguns aspectos acompanhem gradativamente o desenvolvimento da rede.

A metodologia se embasa nas contribuições de Bicudo (2011), enquanto o recorte teórico dialoga com as principais ideias de Marcuse (1973), Habermas (1987), Latour (1994), Feenberg (1999), Morus (2001), Feenberg et al. (2003), Bakardjieva (2005), Heidegger (2007), Haraway (2009), Certeau (2014) e Snowden (2017).

A utopia diz respeito a uma sociedade idealizada pela imaginação humana e concebida como perfeita e organizada em tais condições que, se existisse, permitiria a felicidade a todos os habitantes. Essa sociedade, no entanto, pode ser apenas imaginada, sem ser construída efetivamente pelos homens. A palavra “utopia” é composta dos termos gregos *ou* e *topos* que significam, respectivamente, “não” e “lugar”; assim, ela quer dizer “em lugar algum”, “em lugar nenhum” etc., ou seja, aquilo que não pode existir efetivamente em lugar algum do mundo, irrealizável.

Frequentemente, a utopia é usada para nomear os ideais a serem conseguidos; por conseguinte, ela consiste em um modelo ou ideal de sociedade projetado e colocado como objetivo a ser buscado. Quando se imagina um mundo melhor e se utiliza essa imagem para

¹ Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Uberaba (UNIUBE), Av. Nené Sabino, 1801, Bairro Universitário, CEP: 38.055-500, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

² Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Uberaba (UNIUBE), Av. Nené Sabino, 1801, Bairro Universitário, CEP: 38.055-500, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

* Autor correspondente: mbrasao@gmail.com.

julgar o mundo onde as pessoas vivem, os julgamentos são orientados a partir de um ideal utópico.

A utopia expressa aspirações, sonhos e desejos humanos. Quando é transformada em um projeto social, ela se torna uma ideologia, um sistema teórico que orienta ações revolucionárias para mudar a sociedade conforme modelos mais adequados. Nesse contexto, o marxismo pode ser entendido como utopia. O contrato social imaginado por Jean-Jacques Rousseau (2000) e a sociedade harmônica e igualitária idealizada por Martin Luther King (1929-1968), também são exemplos de utopia.

Enquanto isso, a distopia é o contrário de utopia, pois designa uma sociedade idealizada ou projetada de maneira inadequada por uma mente perversa. As obras *1984*, de George Orwell (2009) e *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley (2001) retratam sociedades onde imperam regimes totalitários e ditatoriais e podem ser consideradas distópicas, com uma simples imagem ou modelo de sociedade perversa criado fantasticamente pela imaginação de ambos os escritores. Além delas, outras reconhecidas distopias foram concebidas por romancistas, como Ray Bradbury (1920-2012), Evégueni Zamiatine (1884-1931) e Herbert George Wells (1866-1946).

Vários autores têm concepções sobre a utopia que se diferenciam em alguns pontos. Berthelot ([s.d.] *apud* Lalande (1999) afirma que ela não existe (e não pode existir) em parte nenhuma da realidade e é impossível, o que não impede que, em alguns aspectos, pelo menos, seja realizável, porém nunca integralmente; Hémon ([s.d.], *apud* Lalande (1999) já assinala que há nela sempre um elemento de crença ou esperança de se atingir um ideal; Halévy ([s.d.], *apud* Lalande (1999) se refere às sociedades socialistas como projeções utópicas, cuja função é satisfazer a imaginação do povo; e Lalande (1999) defende que ela é um modelo teórico criado por um cientista social que se propõe a julgar as sociedades efetivamente existentes à medida que se aproximam ou se afastam do padrão tomado como referência.

Lalande (1999) entende a utopia como ato de representar uma fantasia de maneira real, a fim de estimar as consequências resultantes dela – se seriam vantajosas ou não. Também pode ser utilizada como instrumento de crítica da realidade, na medida em que permite diagnosticar os vícios e defeitos da realidade quando a comparamos com o modelo idealizado. Weber (2006), contudo, não concorda com o referido autor, ao indicar que o modelo utópico não é criado para julgar as sociedades, e sim para medir os resultados que poderiam ser obtidos por determinadas instituições fictícias, caso existissem.

Heidegger (2007) teve a influência mais poderosa sobre o pensamento distópico no século XX. Sua filosofia da tecnologia é uma construção enigmática que combina a nostalgia

romântica de uma imagem idealizada da antiguidade com uma profunda percepção da natureza na modernidade. A originalidade está no tratamento da técnica, não apenas como um meio funcional, mas como um modo de “revelar” por meio do qual o “mundo” é moldado.

Nesse ínterim, o “mundo” de Heidegger (2007) não se limita à totalidade das coisas existentes, mas representa uma estrutura ordenada e significativa de experiências. Tais estruturas dependem de práticas básicas que caracterizam sociedades e eras históricas inteiras; e constituem uma “abertura” na qual o “ser” é “revelado” ao “*Dasein*”³ humano, isto é, em que acontece a experiência.

A modernidade é caracterizada por Heidegger (2007) como um “enquadramento”, com a revelação de que todos os elementos se tornaram objeto de técnica. Coisas e pessoas são agora definidas pelo próprio lugar em um sistema complexo de ações planejadas e metodicamente controladas. Para a modernidade e o homem, tudo se torna material básico ou matéria-prima nos processos técnicos, enquanto nada é colocado no lugar de consciência. À medida que os seres humanos são absorvidos pelo sistema tecnológico, a tecnologia se torna uma força autogeradora que está além do controle. Dessa forma, a completa falta de sentido é uma ameaça quando o status único dos indivíduos passa a ser completamente refutado.

O senso crítico sobre a vida moderna de Heidegger (2007) estava enraizado nos sistemas técnicos de larga escala, como a energia elétrica e o transporte ferroviário, que transformaram o mundo em que o filósofo nasceu, ao final do século XIX. A tecnologia de comunicação retransmitiu esses sistemas com o desenvolvimento dos televisores após a Segunda Guerra Mundial.

Certamente, a televisão foi uma influência na disseminação de atitudes distópicas nas décadas de 1960 e 1970, em que os temas distópicos surgiram não apenas na política, mas também em filmes e outras mídias populares, o que desacreditou o liberalismo tecnocrático. A política contemporânea ainda é fortemente influenciada por versões vulgarizadas da sensibilidade distópica, a exemplo da desconfiança da onipresença do Estado – essas transformações foram acompanhadas por uma mudança radical nas atitudes em relação à tecnologia. Ao final da década de 1960, o entusiasmo pós-guerra pela energia nuclear e exploração espacial foi gradualmente substituído pela tecnofobia. Decerto, a arrogância da

³ *Dasein* é um termo usado na fala corrente alemã para designar “existência”, isto é, aquilo que existe, que se apresenta no mundo. Heidegger (2007) utiliza o termo de maneira original para se referir ao ser humano. Para o filósofo, a essência do homem é a própria existência.

tecnocracia e a Guerra do Vietnã desempenharam um papel preponderante nessas modificações.

Durante o referido período, a consciência distópica foi transformada à medida que se espalhava e se difundia na cultura. Mais do que criticar teoricamente a modernidade sob o ponto de vista de uma elite cultural, ela inspirou um movimento populista. Nesse caso, a tecnologia se tornou uma questão política, e a nova esquerda reformulou a ideologia socialista em uma densa síntese do marxismo tradicional e do pensamento distópico. Ela desafiou a ideia de progresso e abriu espaço tanto para o populismo reacionário, manifestado na atual política eleitoral, quanto para a política técnica das últimas décadas, engajada nas lutas concretas em domínios como Internet, medicina e meio ambiente.

SNOWDEN: ENTRE A UTOPIA E A DISTOPIA

Edward Snowden, em entrevista de 2017 para a *Western Truth TV*, comenta sobre o conceito de utopia e o relaciona ao crescimento acelerado da Internet e à expansão do acesso junto à população. De acordo com ele, crescimento e expansão permitem pensar no desenvolvimento e na melhoria da sociedade em um nível ideal, na medida em que tais projetos implicam na efetivação de objetivos vistos antigamente como utópicos.

Com inovações constantes, a era da Internet traz inúmeros desafios a serem superados, mas isso não significa que os valores tradicionais da sociedade serão derrubados. Pelo contrário, “nós nos depararemos com novas perspectivas e nós teremos uma conversa mais ampla e mais rica com cada época passada” (Snowden, 2017). A tecnologia, com a promessa de mudanças, leva possibilidades à sociedade, como torná-la mais esclarecida e informada com a evolução e democratização dos meios de comunicação.

Na sequência serão reproduzidos os trechos mais importantes da entrevista, os quais foram traduzidos pelo autor deste artigo:

A tecnologia nos livra do trabalho pesado, com seus dispositivos, equipamentos, acessórios, máquinas etc. Ela estabelece uma conexão globalizada entre as diferentes sociedades, o que cria laços de fraternidade que unem os corações humanos e superam a separação das fronteiras e das línguas (Snowden, 2017).

Em relação à distopia, ele alerta sobre o perigo de haver, com a Internet, uma centralização do poder nas mãos dos governos e das grandes corporações:

Existe a ameaça dessa centralização, por exemplo, na tendência de os juízos e ideias da imensa maioria dos americanos ser substituído pelo juízo de poucos oficiais de portas fechadas que não são contados como público e que podem decidir qualquer coisa que queiram sem ninguém saber o que está acontecendo e sem haver nenhum tipo de contrapartida ou oposição, porque somente as pessoas que estão sentadas nessas salas discutem e concordam entre si. O sistema da Internet, além disso, ameaça a privacidade das pessoas, porque os usuários desse sistema podem ser rastreados pelos registros que deixam ao mexer em seus

celulares e computadores. O poder centralizado, seja o governo, seja alguma corporação privada, é quem faz o rastreamento (Snowden, 2017).

Para Snowden (2017), esse problema é de extrema gravidade, dado que a privacidade constitui um direito humano fundamental. As pessoas, ao usarem as tecnologias digitais e se aproveitarem da eficiência e praticidade delas, se tornam cada vez mais subordinadas ao sistema central, que aumenta seu poder por meio do controle e monopólio da tecnologia.

Nesse entremeio, Snowden (2017) adverte que as pessoas devem ser cuidadosas nas próximas décadas para assegurar que as tecnologias continuem a torná-las livres, tal como foi sua pretensão no início, “ao invés de cair mais profundo nessa ladeira onde começamos a escorregar e eventualmente ser manipulados pela nossa tecnologia, em vez de controlá-la”.

Snowden (2017) pontua que o governo, por meio das mídias digitais, invade o espaço privado da população e passa a estar no bolso, na casa, na vida e na intimidade das pessoas. A justificativa dessa esfera para a “invasão” incide no zelo pela segurança das pessoas para garantir que a população seja protegida.

Contudo, ele argumenta que o oposto de privacidade não é a falta de segurança:

A ausência da privacidade não é a presença de segurança, e a presença de segurança não é a ausência de privacidade. Pelo contrário, a ausência de privacidade é a presença da censura. Não temos privacidade quando você não pode falar sobre ideias sem o juízo de outros. Privacidade é o direito de ser quem você é, e não adianta os governantes alegarem que, se você não tem nada a esconder, você não tem nada a temer. Eles perdem de vista o ponto principal: que a privacidade não é sobre algo que você tem para esconder, mas sim algo para ser protegido, e isso é a liberdade em uma sociedade aberta. Privacidade é o fundamento de todos os outros direitos: liberdade de expressão não tem muito significado se você pode somente dizer o que é popular sem sofrer nenhuma retaliação. A segurança de suas ideias não vem de homens com botas e armas; ela vem do reconhecimento de que você pode testar essas ideias com a família, os amigos e a comunidade. A liberdade de expressão não garante uma liberdade de sofrer críticas, mas ela garante uma liberdade de ser ouvido. Liberdade religiosa, similarmente, não tem muito significado se você tem que adotar uma religião estatal ou somente aquela que seus pais acreditam (Snowden, 2017).

Um dos pontos centrais é a privacidade que possibilita o progresso, por ser um direito esse último elemento. Ela permite os indivíduos evoluírem porque protege os que são um pouco “diferentes”:

Se você é o membro mais poderoso de uma sociedade, você não precisa de privacidade, mas, se você é a minoria, você é vulnerável de muitas maneiras. Se você é diferente e não tem poder, você é aquele que tem de reivindicar seus direitos; você é aquele que enfrenta toda forma de ataque e flechas de oposição, de criticismo de pessoas que tentam te silenciar a voz, de pessoas que tentam encobrir a sua diferença. Eles tentam mudar quem você é, porque isso torna o mundo mais confortável para eles – essa é a questão da privacidade. Privacidade é o que faz de você um indivíduo e torna a sociedade aberta. Se políticos dizem que você precisa desistir da sua privacidade para tornar a sociedade mais segura, o que eles estão de fato dizendo é que ter uma sociedade desenvolvida e robusta é imprevisível e incerto e que estamos indo longe demais nisso. O que esses políticos querem é que se desista do progresso, sob a alegação de que levar o progresso adiante introduz incerteza e imprevisibilidade. [...] Estávamos tentando

acabar com as monarquias – isso foi chamado de rebelião. Quando estávamos tentando abolir a escravidão, isso foi considerado uma violação da lei. Quando estávamos defendendo pessoas perseguidas, quando estávamos advogando a favor da emancipação das mulheres... todas essas coisas eram manifestações contra o estabelecimento da ordem social. Logo, há incerteza nas sociedades abertas, pois não sabemos o que o futuro nos reserva em uma democracia. A incerteza é o preço da democracia, e a imprevisibilidade não é uma fraqueza, mas uma força que nos permite evoluir (Snowden, 2017).

Mas Snowden (2017) discorre que a sedução da segurança é uma falsa medida pelo fato de que, quando começaram, o progresso na história humana, o avanço dos direitos humanos e a expansão da dignidade não eram apenas diferentes, mas, em muitos casos, eram movimentos considerados ilegais:

A ERA DA INTERNET: CENÁRIO HISTÓRICO E CRÍTICO

Movimentos sociais que marcaram as décadas de 1960 e 1970 questionaram o determinismo tecnológico e restauraram um senso de capacidade humana de agir, mas continuaram a empregar a retórica distópica em resposta à ameaça tecnocrática. Diante disso, o final do século XX foi marcado por certa falta de autoridade do pensamento distópico em favor de um renascimento da utopia e apresentado sob um novo viés.

As utopias contemporâneas são mostradas como relatos altamente carregados com recentes explorações de pesquisa e desenvolvimento. São povoadas por super-humanos, produtos da bioengenharia ligados em rede com um espírito universal ou baixados em *hardware* mais duráveis do que o corpo humano. Assim, o *Big Data*⁴, que poderá em breve prever um resfriado, eventualmente permitirá o surgimento de uma verdadeira ciência da sociedade. De fato, as inteligências artificiais em rede atenderão às necessidades pessoais e eliminarão qualquer trabalho, em que o bom e velho determinismo tecnológico ressurgiu aqui quando se deduzem as consequências sociais das futuras tecnologias e se anuncia uma nova era da Internet.

Tais especulações extraordinárias sobre o “progresso” são intrigantes para os pensadores que tentam remover frágeis barreiras éticas. O humanismo antidistópico luta contra esse “rolo compressor” tecnológico que esmaga tudo diante dele. Hoje, no entanto, os protestos parecem ser rotineiros e pouco confiáveis.

Há exagero nas novas visões utópicas, pois, embora a Internet tenha impacto na sociedade, ela não inaugura uma nova era na história da humanidade. Não é possível compará-la à Revolução Industrial, pois esta levou a um êxodo rural massivo e deslocou grande parte das populações para um ambiente urbano radicalmente diferente. A brecha

⁴ *Big Data* diz respeito ao grande volume de dados acumulados na rede.

digital é mais fácil de superar do que a lacuna entre cidade e país em uma sociedade sem *smartphones*, televisões ou automóveis. Porém, se as previsões utópicas são improváveis, a defesa humanista não é mais necessária.

De maneira concomitante, tendências novas e mais interessantes surgiram entre pesquisadores que evitam tanto a especulação utópica quanto a crítica distópica e estudam a tecnologia como um fenômeno social. Eles veem, na crítica distópica da modernidade, uma forma de nostalgia de um passado que está para sempre perdido e que, em todo caso, não era perfeito. Em conformidade com essa visão, as pessoas pertencem total e completamente à rede tecnológica e não representam (e nem devem esperar por) uma alternativa suprimida, na qual o “humano” ou *Dasein* alcançaria o reconhecimento, independentemente de suas ferramentas.

Pensadores pós-humanistas apresentaram as referidas ideias em ensaios como *Jamais Fomos Modernos* (Latour, 1994) e *O Manifesto Ciborgue* (Haraway, 2009). Os títulos dessas obras anunciam uma agenda para o novo milênio: segundo os autores, as pessoas passam pela experiência da distopia e saem do outro lado, em que o envolvimento com a tecnologia é agora o horizonte insuperável do próprio ser – nesse caso, não se opõem à tecnologia, visto que a associam a um “eu-ciborgue” mais ou menos indiferenciado. Finalizou-se a era da resistência do *back-end*⁵, ou seja, da retaguarda à tecnologia, em que se deve desvelar a tecnologia de uma vez por todas e direcionar os desenvolvimentos futuros de maneira benigna e, até mesmo, benevolente.

A Internet é o pano de fundo social essencial ao amplo interesse da visão pós-humanista. Os autores não precisaram se conectar a ela para desenvolver ideias, mas a credibilidade popular de sua visão inovadora depende do surgimento de redes computacionais, bem como da nova função de subjetividade instituída por ela. Sem a experiência amplamente compartilhada de interação com o computador, é improvável que teria havido influência em um público fora do estreito círculo de pesquisadores que realizam estudos científicos. Todavia, se houver essa experiência, os autores articulam e incorporam uma transformação fundamental que vai do antagonismo à colaboração, em se tratando da relação entre seres humanos e máquinas.

No que tange à consciência distópica, o medo da distopia emergiu da experiência da organização social em larga escala que, na modernidade, possui uma aparência alienante da racionalidade. Desde a Segunda Guerra Mundial, a dominação tecnocrática foi incorporada,

⁵ Na área da Ciência da Computação, *back-end* é um termo generalizado que se refere à etapa final de um processo.

sobretudo, pelos meios de comunicação de massa, mas as redes computacionais mudaram o paradigma: da passividade à disseminação em massa, há um movimento constante para o universo *on-line*, em que a palavra-chave se foca na interação para fazer escolhas ou responder a comunicações.

Essa relação interativa com a mídia (e por meio dela para outros usuários) é aparentemente não hierárquica e emancipatória, dado que, assim como o automóvel (fetiche da modernidade), a Internet abre portas, ao invés de fechá-las e, diferentemente dos carros, não apenas transporta pessoas de um local para outro, como também constitui um mundo “virtual”. Neste último, a lógica da ação é participativa, e a iniciativa individual se apoia na tecnologia, em vez de ser suprimida por ela.

É notável que a evolução se deva mais aos usuários do que aos projetistas originais da rede, os quais pretendiam apenas otimizar o compartilhamento do tempo da máquina e distribuir informações. Ao refutarem o determinismo tecnológico pelas próprias práticas, os usuários que interagem com a rede se voltaram à verdadeira “revolução” da “era da informação”, em que a transformaram em um meio de comunicação pessoal e próspero. Como tal, a rede de computadores é análoga à telefônica, na qual as grandes empresas capitalistas que organizam a comunicação possuem pouco ou nenhum controle sobre o que é comunicado. Esses sistemas, chamados de “portadores comuns”⁶, ampliam a liberdade de reunião e, ao mesmo tempo, se tornam ferramentas potenciais de emancipação.

Como as redes digitais de computadores suportam a comunicação em grupo, a Internet pode acomodar várias atividades sociais, desde o trabalho à educação, passando por *hobbies* até a busca por parceiros românticos – elas acontecem em mundos virtuais construídos com palavras. O “mundo escrito” da Internet parece ser um lugar onde a reconciliação entre humanos e máquinas se torna possível.

O fim da distopia está sendo testemunhado pelas pessoas, já que a tecnologia que define a era atual está em transformação: de sistemas grandes e centralizados, como a indústria de energia elétrica e os meios de comunicação em massa, para o mundo com menos redes de computadores estruturados. Nesse ponto, a cautela se torna necessária, posto que expectativas exageradas da Internet imediatamente trazem consigo um ceticismo justificado de maneira ampla.

Sendo assim, a crítica distópica não encontra elementos na mudança em direção a redes menos estruturadas do que uma maneira mais refinada e disfarçada de integrar o

⁶ Circuitos portadores comuns realizam o transporte integrado de diversas modalidades e constituem troncos do Sistema Nacional de Telecomunicações.

indivíduo ao sistema. O rastreamento e o perfil dos usuários por alguns gigantes da Internet, bem como a extensa vigilância pelos governos, renovam o medo da tecnologia totalitária. Contudo, salienta-se a existência de algum progresso que pode ser desvelado quando se coloca em um contexto mais amplo.

INTERVENÇÕES DEMOCRÁTICAS

A tecnologia atua como uma constituição, por moldar as relações sociais e estabelecer um cenário para a vida humana e política. Regimes técnicos e políticos são mais ou menos democráticos, a depender do nível de inclusão, o que indica os limites da comparação do autor. Nesse sentido, a tecnologia atinge diversos arranjos sociais, o que a leva a se assemelhar mais ao código legal do que a uma constituição. A exemplo da legislação, a tecnologia representa os interesses dos cidadãos, alguns mais que outros, com relações de representação entre os códigos técnicos e os elementos realmente necessários para os usuários.

Considera-se que a política e a tecnologia são diferentes. Tradicionalmente, a representação é geográfica e reúne indivíduos cuja proximidade espacial produz interesses e possibilidades comuns de diálogo. Em uma sociedade mais desenvolvida no tocante à tecnologia, a proximidade espacial é menos central na modelagem de interesses e comunicação; com isso, a vida social é caracterizada por redes técnicas que conectam indivíduos por meio das relações com sistemas técnicos que, por seu turno, determinam a vida social em todos os aspectos: carreira, educação, recreação, medicina, comunicação e transporte. Especialistas e outros executivos que administram redes de tecnologia fazem isso sem considerar os princípios democráticos, pois, à medida que as comunidades geográficas se tornam cada vez menos importantes na vida dos cidadãos, as preocupações compartilhadas emergem para pertencer à rede de “interesses dos participantes”.

Nesses termos, a representação de interesses é problemática, visto que a maioria dos grupos tecnicamente conectados por redes não tinha controle sobre o próprio destino antes da chegada da Internet. No entanto, alguns grupos que se organizaram sob o viés político foram capazes de causar impacto. Por exemplo, o movimento trabalhista conseguiu impor padrões de saúde e segurança ao setor, enquanto a aliança pelos direitos dos homossexuais obteve acesso a drogas experimentais para o tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*, AIDS). Na maioria dos casos, o “interesse dos participantes” não foi articulado e defendido pelos cidadãos de sociedades tecnologicamente avançadas, em que uma elite tecnocrática passou a ter ainda mais poder.

Dewey (1997) se preocupou com a evolução já na década de 1920, período em que as comunidades locais tradicionais perderam a capacidade de moldar o mundo social em uma sociedade moderna e tecnologicamente desenvolvida. Grupos sociais mediados pela tecnologia tomaram prioridade gradual sobre tais comunidades; porém, as conexões entre os membros desses grupos eram, em grande parte, invisíveis para eles, e eles foram incapazes de articular os próprios interesses como participantes. O referido filósofo descreveu o dilema resultante: as redes técnicas como forma da sociedade moderna; e as comunidades locais como o lócus da deliberação democrática.

Em *Teoria da Ação Comunicativa*, Habermas (1987) descreveu a dualidade supracitada com a distinção introduzida entre sistemas e o mundo da vida, na qual percebe o mercado e a administração como “sistemas” que permitem coordenar ações em grande escala, sem referência ao consentimento democrático. Os objetivos dos indivíduos são harmonizados não por mútuo acordo, mas pelo quadro racional e pelas regras processuais do sistema. Compradores e vendedores, por exemplo, alcançam objetivos sem acordo prévio: para colaborar, é necessário apenas entender as formas de envolvimento em uma troca de dinheiro por bens, ou seja, recursos financeiros para a transação de mercadorias.

O mundo da vida não poderia ser mais diferente, em que coordena as ações dos membros da comunidade mediante consenso e compreensão mútua dos múltiplos códigos e significados sociais que constituem o ambiente de comunicação cotidiano. A produção é uma função do sistema, enquanto a reprodução social fica sob responsabilidade do mundo da vida. Habermas (1987) reformula o que poderia ser considerada uma crítica distópica da modernidade, ao enfatizar a preeminência do sistema sobre o mundo da vida; conseqüentemente, prevê um enfraquecimento substancial da coesão social e da individualidade.

A estrutura de Habermas (1987) é sugestiva, mas problemática. Em particular, ele ignora a tecnologia, embora coordene a ação com outros sistemas: às vezes, considera o sistema uma categoria analítica, ao cruzar todas as esferas e atividades; e em outras oportunidades, o identifica com instituições específicas. Assim, limita-se a compreensão da complexidade das interações entre sistema e mundo da vida na prática (Feenberg, 1999).

Tecnologias de comunicação fornecem um exemplo disso: a rede telefônica é um sistema que, conforme Habermas (1987), se organiza de acordo com a racionalidade administrativa e se distribui em um mercado. Como tal, tem um grande poder econômico e político, mas as atividades apoiadas pela rede telefônica são essencialmente comunicativas. No mundo da vida, o telefone acumula significados e conotações relacionadas à intimidade,

ao contato humano, à segurança, entre outros, em que não é apenas um instrumento para o mundo da vida, como também pertence a ele como um artefato com vários sentidos. Essa adesão vai além de uma simples questão de associação subjetiva, pois influencia a evolução e o design de redes e aparelhos que não podem ser reduzidos a uma ideia abstrata de eficiência. Isso ficou claro com o telefone celular e, atualmente, com o *smartphone*, pois o entrelaçamento de função e significado, do qual o telefone é um bom exemplo, se tornou generalizado nas sociedades modernas.

Progressivamente, o protesto social e as inovações dos usuários expressam a iniciativa dos participantes do sistema. Embora sejam gerenciadas e sujeitas a quadros administrativos, as pressões e demandas produzem efeitos – talvez, a distinção entre sistema e mundo da vida seja vaga, mas permanece válida em um sentido mais restrito do que o pretendido por Habermas (1987). Aliás, o conceito de “pensamento sistêmico” reflete as condições de administração e controle organizacional, pois não é apenas uma categoria analítica. Da mesma forma, o mundo da vida incorpora uma perspectiva sobre os sistemas, no que concerne àqueles que ocupam posições subordinadas.

Nesse contexto, a Internet ilustra tanto os aspectos do sistema quanto os do mundo da vida. Enquanto o *Facebook* e o *Google* aplicam uma lógica de sistema à exploração dos fluxos de informação gerenciados na Internet, os usuários se expressam em interações comunicativas. A coexistência das duas modalidades é obscurecida, na medida em que o ponto focal é apenas uma delas excluindo a outra; então, a rede traz a alternativa conhecida, a distopia ou a utopia, sem que um ou outro seja capaz de capturar a ambiguidade do todo.

Certeau (2014) propõe uma abordagem original para compreender essa ambiguidade, em que considera a coexistência e a interação do que o pensador alemão Habermas (1987) chama de sistema e de mundo da vida. O historiador francês distingue os tipos característicos de ações disponíveis àqueles suportados por uma base institucional e os que são subordinados nas instituições: enquanto os primeiros podem se engajar em “estratégias”, isto é, ações baseadas no planejamento e orientadas para o contínuo avanço dos objetivos e a consolidação do poder institucional, os segundos carecem de uma base de poder, porém não estão sem recursos e capacidade de agir. Eles se envolvem no que Certeau (*idem*) chama de “tática”, ao manobrem, no âmbito das instituições, em direção metas que podem não ter relevância institucional, mas que respondem às suas necessidades e preocupações.

Sob o ponto de vista estratégico, o controle e a eficiência são essenciais, enquanto o viés tático privilegia o significado. Na terminologia de Habermas (1987), o mundo da vida é o lócus da ação tática que, muitas vezes, contradiz os projetos estratégicos das instituições.

Improvisações e inovações na vida cotidiana, por fim, retornam ao arcabouço institucional e alteram sua lógica.

A abordagem da relação entre o sistema e o mundo da vida vai além da condenação distópica e da aceitação acrítica pós-humanista da tecnologia. Ao condená-lo, o pensamento distópico toma o ponto de vista estratégico sobre ela, considerada apenas um sistema de controle sem reconhecer o próprio papel de liderança no mundo da vida, ou seja, é negligenciada.

Dessa maneira, quando se introduz uma distinção entre sistema e mundo da vida, é corrigida a imagem excessivamente otimista do pós-humanismo sobre os efeitos do trabalho em rede. A contradição entre o sistema tecnológico e o mundo da vida de usuários/vítimas explica o surgimento de lutas na Internet, vista como uma emergente esfera técnica pública.

INTERNET: NOVAS FORMAS DA CAPACIDADE DE AGIR

Comunidades organizadas por sistemas técnicos têm conseguido usar a Internet para coordenar demandas por uma representação mais completa dos próprios interesses. A nova política *on-line* ampliou a esfera pública para abranger questões até então consideradas neutras e deixadas aos cuidados de especialistas sem qualquer consulta, o que criou um ambiente social e técnico no qual a capacidade de agir no campo político tradicional começou a se recuperar, apesar da organização crescentemente centralizada da Internet.

Existem muitos exemplos de ativismo político *on-line* que mostram isso, a saber: uso da Internet pelo movimento zapatista no México; protestos contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI); oposição à guerra no Iraque; movimento #elenão nas eleições brasileiras de 2018; e campanha presidencial nos Estados Unidos da América (EUA). Dominadas pelo mundo dos negócios e pelo governo, a imprensa oficial e as redes de televisão perderam o monopólio sobre o discurso público com a chegada da Internet, a qual é utilizada por grande parte dos ativistas para alcançar uma vasta base popular.

Uma vez que a capacidade de agir *on-line* não se limita à política, é importante avaliar a relevância das diferentes formas de interação. Afinal, os exemplos políticos se tornam meras exceções, e a Internet pode ser essencialmente definida como um vasto shopping comercial eletrônico, como pensam os críticos. Em contrapartida, ressalta-se que os usos políticos da rede indicam um fenômeno muito mais amplo: o surgimento de novas formas de capacidade de agir em comunidades *on-line* de todos os tipos.

Os primeiros movimentos para grupos *on-line* foram constituídos antes de o público ter acesso à Internet, embora sua chegada tenha amplificado enormemente o ativismo. Usuários de *software* formam uma comunidade invisível que, até muito recentemente, era impotente diante de empresas gigantescas como a *Microsoft*, as quais são conhecidas por serem sensíveis às demandas dos usuários. No entanto, a indústria de *software* é bastante nova: no início da *International Business Machines Corporation* (IBM), eram os usuários, e não as empresas, os responsáveis pelo desenvolvimento dos programas.

Segundo Gough (2004), hábitos comerciais livres daquela época se fundiram com um movimento ideológico que pedia programas livres e de código aberto, iniciado por Richard Stallman em 1985. O rápido desenvolvimento desse campo teve enorme impacto na Internet, visto que cada projeto com essa iniciativa reúne uma comunidade *on-line* que avalia os programas e sugere ou até mesmo faz ajustes e melhorias. Usuários de *software* e produtores não são mais separados pela barreira do empreendimento comercial, pois, assim como leitores e escritores em diferentes tipos de fóruns virtuais, são capazes de entrar em sintonia ou até mesmo trocar papéis, com o engajamento em relações recíprocas.

A Medicina é outra área denominada por Bakardjieva (2005) como “subativismo”. Os pacientes se reúnem *on-line* para oferecer apoio mútuo, compartilhar dicas e fazer solicitações à comunidade médica, sob a forma de fórum de discussão para portadores de doenças raras como a neurológica. Então, oferecem apoio moral, chistes sobre a convivência com a doença e trocam informações sobre experiências médicas – esse novo tipo de organização desafiou as expectativas normais sobre o papel dos pacientes. Em vez de esperar em isolamento pela ajuda médica, eles trabalham juntos para avançar e defender interesses próprios. Um exemplo abordado por Feenberg et al. (2003) é a Sociedade ALS dos EUA (*ALS Society of America*), que exige um orçamento de pesquisa maior, como fizeram os Institutos Nacionais de Saúde, para mudar as políticas públicas. Hoje, fóruns semelhantes proliferam na Internet e criam um ambiente social diferente para a Medicina.

O campo dos videogames oferece outro exemplo surpreendente de iniciativa do usuário. Milhões de jogadores participam de jogos *on-line* e geram mais recursos financeiros para a indústria dessa área do que aqueles obtidos pela indústria cinematográfica de Hollywood. Nesse caso, jogadores se organizam em comunidades *on-line* que estão além do controle da indústria, e os fóruns são locais para apropriações inesperadas do ambiente do jogo. Por exemplo, os jogadores leiloam itens ganhados no jogo por dinheiro real, enquanto *hackers* modificam jogos para ganhar dinheiro com versões modificadas ocasionalmente e que se tornam populares.

Questões legais surgem em tais casos, já que os jogadores geralmente se submetem a regras restritas ao assinarem ou participarem dos *games*. A princípio, as produtoras de jogos costumavam reagir agressivamente às transgressões, mas, na maioria dos casos, tenderam a gradualmente ignorar aqueles que não respeitam o contrato e a alterar as regras de uso para acomodar os transgressores. Portanto, o mundo dos videogames *on-line* se volta, em certa medida, à interação entre clientes e fornecedores, diferentemente do que se espera da televisão e do cinema.

Ademais, o mundo na universidade está ativo. Por exemplo, as bibliotecas têm lutado para redefinir o próprio papel como fonte de informações, diante da concorrência da Internet. Elas começaram a cruzar a linha entre arquivamento e publicação de dados, pois, em uma tentativa de cumprir sua função tradicional (fonte não comercial de informações acadêmicas), diversas bibliotecas apoiam a criação de periódicos *on-line* com acesso aberto; e comunidades acadêmicas, que antes dependiam dos serviços dispendiosos de editoras privadas, agora podem ser organizadas em parte sem elas, uma vez que recebem o auxílio de membros das bibliotecas.

De fato, seria fácil multiplicar os exemplos. Os aspectos elencados anteriormente, assim como outras iniciativas relativas à capacidade de atuar na Internet, colocam o ativismo político *on-line* em um contexto mais amplo do retorno da capacidade de interação do usuário.

CONCLUSÃO

A Internet sustenta uma visão que promove a coexistência harmoniosa entre os seres humanos e suas máquinas; entretanto, as considerações teóricas apontam para um elemento bastante diferente do que os pensadores distópicos compreendiam. Estes mostraram que a tecnologia não é apenas um instrumento para a satisfação de necessidades das pessoas, como também uma fonte de poder sobre elas. Como esse domínio é essencialmente impessoal, regulado por procedimentos técnicos racionais em detrimento de caprichos ou até mesmo de interesses diversos, como é normalmente concebido, parece se situar além das considerações morais sobre o bem e o mal em um aspecto distópico unidimensional (Marcuse, 1973).

Diante desse elemento, Marcuse (1973) sugere que a unidimensionalidade resulta do desaparecimento de agentes revolucionários de mudança e de suas críticas transcendentais. No entanto, o exercício do poder técnico evoca resistências imanentes à sociedade unidimensional, cujo desenvolvimento de tecnologias desencadeia tensões sociais sempre quando se reduzem as necessidades naturais dos seres humanos. Como o sistema não é a

expressão autossuficiente da pura racionalidade técnica, mas sim o resultado de dois séculos de desqualificação do trabalho e destruição ambiental, tais tensões são frequentes e inspiram o público técnico a responder a alguns problemas que surgem. Pedidos de mudança dizem respeito a aspectos do indivíduo e da natureza ignorados pelo código técnico do sistema; logo, a Internet oferece um cenário em que a distopia é superada por um movimento de democratização, cuja extensão total ainda não pode ser mensurada.

Visões utópicas e distópicas do final do século XIX e início do século XX constituem tentativas para compreender o destino dos indivíduos em uma sociedade radicalmente nova, na qual a maioria das relações sociais são mediadas pela tecnologia nos dias atuais. A esperança de que tal mediação viesse enriquecer a sociedade, ao poupar os seres humanos do controle técnico, ficou em segundo plano.

Vale ressaltar que, de um lado, os utopistas esperavam que os sujeitos fossem capazes de controlar a tecnologia moderna, como acontecia com as ferramentas tradicionais – mas a tecnologia excede o controle de mestres e especialistas. Por outro lado, os distópicos não previram que, ao estarem na máquina, os humanos poderiam desenvolver novas habilidades para transformar o sistema dominante.

Por fim, é possível observar os primeiros passos de uma nova política tecnológica. Dessa forma, a extensão do desenvolvimento de tal aspecto é menos uma questão de previsão do que de prática em si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bakardjieva M (2005). *Internet society: the Internet in everyday life*. [S.l.]: Sage.
- Bicudo MAV (2011). *Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica*. São Paulo: Cortez. 152p.
- Certeau M (2014). *A invenção do cotidiano*. 22 ed. Petrópolis: Vozes. 316p.
- Dewey J (1997). *How we think*. Mineola: Dover. 240p.
- Feenberg A (1999). *Questioning Technology*. New York: Routledge. 243p.
- Feenberg A, Misa TJ, Brey P (2003). *Modernity and technology*. Cambridge: MIT Press. 376p.
- Gough B (2004). *An introduction to GCC: for the GNU compilers GCC and G++*. Bristol: Network Theory. 144p.
- Habermas J (1987). *The theory of communicative action: a critique of functionalist reason*. 1 v. Boston: Beacon Press. 480p.
- Haraway DJ, Kunzru H, Tadeu T, organizadores (2009). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 121p.
- Heidegger M (2007). A questão da técnica. *Scientiae Studia*, 5(3): 375-398.

- Huxley A (2001). *Admirável mundo novo*. 21 ed. São Paulo: Globo. 162p.
- Lalande A (1999). *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. Correia FS, Aguiar MEV, Torres JE, Souza MG, tradutores. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes. 1336p.
- Latour B (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: 34. 152p.
- Marcuse H (1973). *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar. 237p.
- Morus T (2001). *Utopia*. Mores RC, editor. São Paulo: Ebooks Brasil [acesso em 10 maio 2019]. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/utopia.pdf>
- Orwell G (2009). *1984*. São Paulo: Companhia das Letras. 416p.
- Rousseau J-J (2000). *Do contrato social: ou princípios do direito político*. São Paulo: Martin Claret. 185p.
- Snowden E (2017). *The Internet utopia or dystopia?* [Entrevista à Western Truth TV]. Video: 53 m 24 s. [acesso em 25 jan 2020]. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=fO8GDPzyjog>.
- Weber M (2006). *A objetividade do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática. 112p.

ÍNDICE REMISSIVO

A

agroecologia 6, 7, 8, 9, 10, 14
altas habilidades ...6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13,
14, 15
Anísio Teixeira.7, 8, 10, 11, 12, 15, 18, 20,
22
aprender fazendo.....7
aprendizagem 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 7,
8, 11, 12, 13, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 8, 10,
12, 13, 14, 15, 6, 7, 10, 11, 6, 7, 9, 10,
11, 12, 13, 14, 15, 7, 8, 11, 6, 7, 8, 10,
12, 15, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 9, 19, 7,
10, 11, 12
baseada em equipe..... 11, 12, 13
significativa 8
autonomia do aprendiz..... 10

C

cognitivo.. 12, 9, 15, 6, 7, 11, 12, 13, 12, 7,
24
colonialismo 10, 11, 12, 13, 15
construção de conhecimento... 6, 7, 9, 13,
7, 10, 11, 14, 10, 13, 17, 18
costumes.....7
cultura ..6, 7, 11, 12, 13, 9, 8, 9, 12, 13, 17,
19, 9, 14

D

deficiência intelectual.. 16, 7, 9, 10, 11, 12,
13
deficiência visual...6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13
democracia 11
disciplina 6, 7, 8, 9, 11, 12, 6, 10, 11, 8
distopia..... 6, 7, 9, 12, 13, 16, 20
docência..... 7, 12, 15, 7

E

educação 6
inclusiva.....16, 7, 8, 11, 12, 6, 10, 12
especial10, 11, 6, 7, 8, 10, 11, 12
básica 10
profissional9, 6, 9

educador.....12, 9, 10
ensino 6, 8, 6, 7, 9, 6, 9, 14, 17, 8, 15, 8,
10, 15
colaborativo..... 7
escola(s)
especial..... 7
pública.. 11, 12, 10, 6, 13, 11, 13, 15, 16
de tempo integral ...6, 8, 13, 14, 15, 16,
17, 18, 20, 21, 22, 24
Espanhol 6, 11
estratégias...8, 9, 11, 14, 7, 8, 9, 10, 11, 16,
6, 8, 11, 6, 8, 14, 16, 17, 8
estudante 12, 8, 9, 11, 14, 12, 7
experiência na educação..... 7

F

formação
continuada . 12, 13, 11, 6, 7, 8, 9, 10, 15,
21, 23
competências..... 9
integral.....8, 6, 7, 11, 13, 15, 17, 18, 20,
21, 22, 23
formas simbólicas 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14,
15
FRELIMO12, 13, 14, 15, 19

G

gênero..9, 11, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14,
16, 17, 18
grupo operativo.....7, 10, 14

I

identidade..... 12, 6, 9, 10, 11, 13, 18
inclusão 7, 10, 12, 6, 12, 14, 15, 6, 7, 8, 10,
11, 14, 9, 6, 8, 10, 13
indisciplina . 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 13
instituições especializadas 11
Instituto Federal..... 6, 7, 6, 7, 14
Internet..... 6, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18,
19, 20

J

José Moran..... 10

L

LIBRAS 7, 9, 10, 11
língua inglesa 6, 10, 11, 12, 13

M

Maranhão 6, 7, 14
metodologias ativas 6, 9
mobilidade 9, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13
Moçambique . 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15,
18, 19

N

novas tecnologias 6, 10

P

planejamento. 6, 9, 14, 15, 13, 16, 7, 9, 11,
17, 7, 9, 8
podcasts 11
políticas públicas 7, 10, 14, 18, 15, 6, 7, 9,
13, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 20, 24
poluição sonora .6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14,
15, 17
pós-modernidade 8
prática pedagógica 10, 15, 10, 6, 7

professor 6, 14, 7, 9, 10, 11, 12, 7

S

sala de aula
heterogênea 7
invertida 11
sala de recurso multifuncional 12
saúde do professor 11
senso de plausibilidade 9
signos 7, 8
superdotação..6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14,
15
surdo 6, 7
sustentabilidade 10, 15

T

tecnologia 6
tecnologias digitais de informação e
comunicação 9
tempo escolar ampliado 24
teorias de ensino e aprendizagem 6

U

utopia 6, 7, 9, 11, 16

 **LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no município de Chapadão do Sul.

Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.

ISBN 978-659906418-0



Pantanal Editora
Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br